

O papel da formação contínua dos operadores judiciários

A formação dos operadores judiciários é um tema de extrema importância para o funcionamento do sistema judicial em Portugal. O direito é uma área em constante evolução, e a complexidade das questões jurídicas exige que juizes, procuradores, advogados, oficiais de justiça e outros profissionais do setor estejam sempre atualizados.

No passado, a formação destes profissionais quase que se extinguiu no momento do seu ingresso na carreira.

De há uns anos a esta parte, tem vindo a verificar-se um maior investimento na formação contínua dos mesmos, tanto por parte do Centro de Estudos Judiciários (a quem cabe a formação de Juizes e Magistrados do Ministério Público) como por parte do Centro de Formação da Direção Geral da Administração da Justiça (a quem cabe a formação dos oficiais de justiça), assim como da Ordem dos Advogados, da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução e de algumas universidades.

Face às constantes alterações legislativas, transformações sociais, desenvolvimento tecnológico, entre outros aspetos, a formação permanente dos profissionais da área da justiça é essencial para a atualização de conhecimentos não apenas técnico-jurídicos, mas igualmente interdisciplinares.

No que à área tecnológica diz respeito, importa referir que a transformação digital da justiça veio levantar grandes desafios no dia a dia dos diversos operadores judiciários, com especial relevância, na minha opinião, em relação aos de idade mais avançada e com maior dificuldade de adaptação a novos métodos de trabalho tais como a tramitação eletrónica dos processos através do Citius e Sitaf (plataformas que permitem, entre outras coisas, a apresentação, por meios eletrónicos de peças pro-



OPINIÃO



Marta Caçarino

A Justiça é um pilar fundamental da sociedade e a formação dos operadores judiciários constitui uma ferramenta indispensável para o melhor desempenho das suas funções

cessuais pelas partes, a inserção de sentenças e despachos, a tramitação feita pelas secretarias) e a desmaterialização processual (o fim dos processos físicos).

Como tal, a par de ações de sensibilização para as vantagens da utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, é fundamental existir formação nesta área concreta, sobretudo numa vertente prática.

Para que a formação se concretize há que vencer alguns obstáculos, entre os quais a limitação de recursos e a resistência à mudança por parte dos formandos. Este último aspeto é essencial para que se possam implementar novas metodologias de formação tais como a formação online. Há também que ter em conta que cada operador judiciário possui necessidades específicas, pelo que a formação deve ser adaptada para atender a essas particularidades, o que requer um planeamento cuidado e recursos adequados.

Por outro lado, é necessário que os profissionais da área da justiça aproveitem efetivamente estas iniciativas (cuja frequência é de caráter facultativo) e as encarem, não como uma perda de tempo, mas como uma forma de enriquecimento profissional que se refletirá num desempenho mais eficaz e eficiente do seu trabalho, o que consequentemente contribuirá para a eficácia e renovação do sistema judicial.

A Justiça é um pilar fundamental da sociedade e a formação dos operadores judiciários constitui uma ferramenta indispensável para o melhor desempenho das suas funções

Investir na formação contínua dos profissionais do direito não apenas melhora a qualidade da justiça, mas também fortalece a confiança da sociedade no sistema judicial.

Assessora no Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal